

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
-------------------------	-----------

1.

O ESTADO DA ARTE: A DOUTRINA TRADICIONAL E A JURISPRUDÊNCIA SOBRE A PROVA DOCUMENTAL	25
1.1. NOÇÕES PRELIMINARES.....	27
1.1.1. Documento	27
1.1.1.1 Um brevíssimo histórico: depois da primeira metade do século XX veio a segunda metade.....	27
1.1.1.2 Dois “puxadinhos” na teoria geral, ou duas adaptações malsucedidas. As “reproduções mecânicas” e as “provas informáticas”	32
1.1.1.3 As características e as definições tradi- cionais de documentos	36
1.1.2. Prova documental e prova documentada	40
1.2. ADMISSIBILIDADE.....	43

1.2.1. Critérios: a regra da tempestividade e a exceção dos documentos novos.....	43
1.2.2. Falsidade material e autenticidade.....	46
1.3. PRODUÇÃO.....	51
1.3.1. Contraditório, falsidade ideológica e alcance da manifestação sobre o conteúdo do documento.....	51
1.4. VALORAÇÃO E SUFICIÊNCIA.....	54
1.4.1. Valor em abstrato: hierarquia de provas? Documento unilateral?	54
1.4.2. Valoração: há necessidade de interpretar-se um documento?	60
1.4.3. Suficiência: Prova plena e prova não plena? Documento público e privado?	69

2.

BASES PARA CRÍTICAS	75
2.1. LIÇÕES DA EPISTEMOLOGIA GERAL.....	77
2.1.1. A busca da verdade no direito e fora do direito: O papel central da <i>true inquiry</i>	77
2.1.2. O peso da completude do material probatório e da prova combinada.....	83
2.1.3. Aprendendo de pessoas e aprendendo de instrumentos. Epistemologia do testemunho e epistemologia dos instrumentos. Conteúdo testemunhal x conteúdo não testemunhal	91
2.1.4. O papel central dos contextos.....	104
2.1.5. A confiança e seu desenvolvimento racional.....	108
2.2. LIÇÕES DA SEMIÓTICA.....	120
2.2.1. “Isso não é um cachimbo”: a representação, a apresentação, os signos e a semiótica	121
2.2.2. Os tipos de signos: índices, ícones e símbolos.....	129

2.2.3. “ <i>Verba volant, scripta manent</i> ”. A manutenção dos signos e a impermanência da interpretação	133
2.2.4. Alterações fisiológicas e patológicas dos signos.	136
2.2.5. O problema da autenticidade e da confiança racional na autenticidade	140

3.

DO DOCUMENTO AOS DOCUMENTOS. POR UMA RECONSTRUÇÃO DA FORMA DE TRABALHAR COM DOCUMENTOS NO DIREITO	151
3.1. NOÇÕES PRELIMINARES.....	152
3.1.1. Distinções inúteis.....	152
3.1.2. Uma definição dos documentos e duas distinções úteis	157
3.2. O DOCUMENTO E O TIPO DE SIGNO	160
3.2.1. Documentos com indexicalidade: fotografias, gravações de áudio e filmagens	161
3.2.1.1. Transparência e totalidade?	162
3.2.1.2. A indexicalidade, a necessidade de interpretação, o sentido mínimo e a independência de sentido dos signos ...	174
3.2.1.3. O papel central do contexto e a importância da prova combinada	187
3.2.1.4. Ângulos, proporções internas, iluminação e profundidade.....	203
3.2.1.5. O elemento humano e o elemento mecânico. <i>Silent witness</i> ?	218
3.2.2. Documentos com ícones: desenhos, croquis, representações em 3D e ícones em geral.....	227
3.2.2.1. O ícone e a relação de semelhança: todos são iguais, mas alguns são mais iguais do que os outros”. O realismo ou a semelhança e suas diversas nuances. .	228

3.2.2.2.	“In God we trust. All the others must bring data”. As representações feitas com ícones são boas representações quando representam aquilo que realmente ocorreu. A acurácia, o propósito e a necessidade de conhecimento dos dados e provas que embasaram as simulações criadas	237
3.2.2.3.	As informações agregadas e os cuidados necessários para a sua verificação..	248
3.2.3.	Documentos com símbolos: textos, linguagem e símbolos em geral.....	251
3.2.3.1.	Simbologia e semântica. Palavras, frases e textos. O sentido mínimo, a independência da linguagem e a necessidade de interpretação.....	256
3.2.3.2.	“O papel aceita tudo”: a importância do contexto e da prova combinada	261
3.2.3.3.	Conteúdo testemunhal e não testemunhal	270
3.2.3.4.	Possibilidade ou não de alteração	275
3.3.	O DOCUMENTO E A FONTE	278
3.3.1.	Fonte em máquinas e instrumentos	278
3.3.1.1.	Mente estendida? Confiança racional em instrumentos e métodos: a teoria por trás.....	278
3.3.1.2.	A necessidade de algoritmos abertos e de acesso a amostras e dados originais: contraditório e controle pelo raciocínio e não somente pelo resultado.....	288
3.3.1.3.	Conteúdo testemunhal e opiniões agregados.....	293
3.3.1.4.	Interpretação de resultados e prova combinada.....	295
3.3.2.	Fontes em seres humanos	296
3.3.2.1.	Conteúdo testemunhal leigo e <i>expert</i> ...	297

3.3.2.1.1. Limites da observação e da recuperação	300
3.3.2.1.2. A eventual irrepetibilidade da prova.....	304
3.3.2.1.3. A importância e a forma de exercício do contraditório	307
3.3.2.2. Manifestações de vontade. Uma categoria autônoma?	311

4.

PROPOSTAS E CONCLUSÕES	315
4.1. Propostas teóricas.....	315
4.1.1. Admissão.....	315
4.1.1.1. Críticas às premissas da doutrina tradicional: tempestividade, documentos novos, falsidade material e autenticidade	315
4.1.1.2. Critérios.....	317
4.1.2. Produção	319
4.1.2.1. Críticas às premissas da doutrina tradicional: contraditório, falsidade ideológica e alcance da manifestação sobre o conteúdo do documento	319
4.1.2.2. Proposta sobre o alcance do contraditório.....	321
4.1.3. Valoração.....	324
4.1.3.1. Críticas às premissas da doutrina tradicional: hierarquia, desnecessidade de interpretação e provas plenas	324
4.1.3.2. Do documento aos documentos: conhecimento da fonte, do tipo de signos, dos funcionamentos fisiológicos e dos contextos	325

4.1.3.3. Da valoração em conjunto: peso da prova combinada.....	326
4.2. Propostas práticas.....	327
4.2.1. Para o(a) legislador(a)	327
4.2.2. Para o(a) juiz(a).....	329
4.2.3. Para o(a) advogado(a) ou pessoa que produz o documento	330
4.2.4. Para o(a) acadêmico(a)	330
BIBLIOGRAFIA	333
APÊNDICE - UM EXEMPLO COMPLEXO: O RECONHECIMENTO DE PESSOAS EM VÍDEOS E FOTOGRAFIAS	355